

MDT reitera que reduções de custos devem ir para as tarifas

O Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT) tem como compromisso de todas as forças que o compõem repassar integralmente para a tarifa toda e qualquer conquista em termos de redução de custos. “Tudo o que conseguirmos será para reduzir a tarifa”, reiterou o coordenador do MDT e diretor-executivo da ANTP, Nazareno Affonso, em sessão do 14º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, que teve participação de lideranças do próprio MDT, da Frente Parlamentar do Transporte Público e da Frente Nacional de Prefeitos.

Nazareno Affonso fez questão de frisar que a luta do MDT não se circunscreve ao âmbito estrito do transporte: “estamos defendendo não só o transporte de qualidade, mas cidades com qualidade de vida. Queremos não apenas mudar a política de mobilidade no País; queremos cidades felizes, justas e democráticas”.

Pontos de vista. O representante da Confederação Nacional de Trabalhadores em Transporte, vinculada à CUT (CNTT/CUT), Eduardo Pacheco, afirmou que o setor, por suas qualidades, pode exercer papel importante no desenvolvimento econômico do País: “desenvolvemos tecnologias e temos plataforma para exportação dessas tecnologias. Temos preços, propostas e capacidade”, disse, lamentando, contudo, que não haja investimentos em formação profissional para qualificar melhor os trabalhadores do setor: “o transporte público não está no ensino médio nem nas faculdades. Há um hiato entre a qualidade da tecnologia e a qualidade da formação profissional”.

O presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Metrô de São Paulo (Aeamesp), Emiliano Affonso, defendeu recursos federais para o setor. “A experiência internacional mostra que através de recursos do governo central é que se faz a mobilidade e o transporte público eficaz e com qualidade”.

Segmentos empresariais. Marcos Bicalho, da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU), que representa os operadores rodoviários urbanos, disse que o seu segmento está muito satisfeito em participar desde o primeiro momento das discussões do MDT. “Nunca reunimos tantos segmentos que fazem o transporte público e trazendo junto os usuários”, afirmou, acrescentando que, se o movimento avançar, conquistando fontes de financiamento permanentes e o barateamento de tarifas, conseguirá dar um efetivo salto de qualidade.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer), Luis Cesário Amaro da Silveira, também ressaltou a importância do MDT e da Frente Parlamentar, e assinalou que a indústria precisa de uma política definida.

14º Congresso da ANTP evidencia que a questão sustentável apenas começa a fazer parte da agenda

Quando o presidente da ANTP, Jurandir Fernandes, declarou encerrado o 14º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, na tarde de 16 de outubro de 2003, em Vitória, estava claro que a questão da mobilidade nas cidades, flagrantemente ausente do debate político nos últimos anos, pelo menos começa a ganhar espaço na agenda nacional, caracterizando-se como uma bandeira política que pode motivar, sem sectarismos ou corporativismos, amplos setores preocupados com o respeito aos direitos dos cidadãos e com a questão da inclusão social de milhões de brasileiros.

No discurso de instalação, em 13 de outubro, Jurandir Fernandes, depois de apontar melhorias em uma série de indicadores sociais, destacou a “angústia” gerada pela existência de tantos excluídos, afirmando sua certeza – mais tarde configurada – de que os debates do 14º Congresso seriam importantes para reforçar a luta contra a exclusão.

Política pública. O governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, afirmou que o desejo de administradores como ele e também de operadores e gestores de todos os níveis, da área pública e da área privada, “é compartilhar a construção e a responsabilidade de colocar em pé uma política pública para a área do transporte público, que coloque de volta dentro dos ônibus e trens os passageiros que estão andando a pé pelas ruas por falta de dinheiro para pagar a passagem”.

Em sintonia com Hartung, o prefeito anfitrião do 14º Congresso, Luiz Paulo Vellozo Lucas, asseverou que a mobilidade sustentável constitui a espinha dorsal do planejamento urbano. “Não há nenhuma esperança de cidade humana, com qualidade de vida, sem transporte público eficiente, baseado num sistema de transporte coletivo que possa inclusive nortear a expansão futura das cidades brasileiras”, afirmou.

O deputado Devanir Ribeiro, um dos coordenadores da Frente Parlamentar do Transporte Público, que se definiu como um homem com a obrigação de observar o que acontece nas cidades, acredita que a questão da mobilidade urbana começa a interessar aos movimentos sociais. “Antes, brigava-se por saúde, educação, moradia e saneamento, mas ninguém falava do transporte”, disse. Ao defender a instituição de fontes permanentes de recursos para o transporte público, o parlamentar criticou a falta de continuidade de projetos e afirmou que é preciso evitar que se desperdicem os escassos recursos públicos.

Mobilização. Falando como representante da Frente Nacional de Prefeitos, o prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, afirmou na sessão final do 14º Congresso estar convicto de que, hoje, a agenda nacional contempla não apenas os temas da educação, da saúde, da moradia, da violência e do desemprego, mas encontra espaço também para o transporte público como elemento em que se expressa a exclusão social no País e que pode ser

Documento final do encontro de Vitória com mobilidade sustentável, cidadania e

Ao ler o documento final do 14º Congresso, denominado *Carta de Vitória – Por Cidades com Mobilidade Sustentável, Cidadania e Inclusão Social*, do qual foi o principal redator, o diretor-executivo da ANTP, Nazareno Affonso, mostrou que se vive um estágio decisivo para a mobilidade urbana no Brasil.

Segundo a carta, um dos aspectos que caracterizam este momento é o despertar da consciência sobre o absurdo que é a violência no trânsito, com dezenas de milhares de mortes e centenas de milhares de feridos anualmente. Outro ponto característico

é a criação simultânea do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT) e da Frente Parlamentar do Transporte Público (hoje com 126 deputados federais e 17 senadores), e que propõem medidas para baratear as tarifas e qualificar e expandir o transporte público.

O documento assinala que os participantes do 14º Congresso se tornaram colaboradores na tarefa de construir uma nova cultura, em que a mobilidade tem como centro o deslocamento de pessoas, e não mais o desempenho dos veículos. Trata-se da